



**GRUPO TOKY S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01  
NIRE 35.300.561.201

## **COMUNICADO AO MERCADO**

**GRUPO TOKY S.A. (“Companhia”)**, em atenção à notícia veiculada no “O Globo” em 28/01/2026 sob o título “*Acionista minoritário aciona Justiça para suspender AGE do Grupo Toky por fraude em voto*”, a Companhia esclarece que, em 22 de janeiro de 2026, tomou conhecimento da tutela cautelar pré-arbitral proposta por acionista em face da Companhia (“**Autor**”), buscando a suspensão dos efeitos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária realizada, em segunda convocação, em 17 de dezembro de 2025 (“**Assembleia**”), alegando, em síntese, não ter votado na Assembleia, mas ainda assim ter tido seu voto computado no resultado da deliberação da Assembleia, por meio de boletim de voto a distância (respectivamente, “**BVD**” e “**Ação**”).

Diferentemente do veiculado na referida notícia e alegado na Ação, a Companhia recebeu as instruções de voto do Autor por meio de mapa de votos à distância disponibilizado em conformidade com regulamentação aplicável pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“**Escriturador**”). Não obstante, após solicitação de esclarecimentos enviada pela Companhia, o Escriturador confirmou que o Autor submeteu BVD válido e votou favoravelmente à aprovação das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, tendo transmitido a sua respectiva instrução de voto diretamente por meio de link para votação enviado ao e-mail do próprio Autor, conforme indicado em cadastrado atualizado do Autor junto ao Escriturador.

Além disso, também diferentemente do divulgado na referida notícia e sustentado na Ação, a alteração do capital autorizado da Companhia aprovada no âmbito da Assembleia não guardou relação com a conversão de debêntures da Companhia realizada no final do ano de 2025, que foi regularmente aprovada, nos termos da legislação e regulamentação aplicável, e que não dependia, em nenhuma instância, do aumento do capital autorizado aprovado na Assembleia para ser efetivada.

Por fim, a Companhia informa que divulgará comunicação específica sobre a Ação, nos termos e prazos previstos no artigo 33, inciso XLIII e no Anexo I da Resolução CVM 80.

São Paulo, 29 de janeiro de 2026.

Marcelo Rodrigues Marques  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**